



# Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

## PARECER JURÍDICO INICIAL

REFERENTE AO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2023

SOLICITANTE: SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conforme exposto às folhas 044 o presente processo de Chamamento Público nº 003/2023, cujo objeto é o credenciamento de interessados para "CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO OFICIAL DEVIDAMENTE MATRICULADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ – JUCEPAR, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LEILOEIRO OFICIAL COM VISTAS À ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE – PR", foi encaminhado para esta Advogada Pública para análise jurídica, nos termos do art. 53, da Lei nº 14.133/2021.

Segundo a Sra. Secretária Municipal de Administração e Planejamento, através do Ofício nº 365/2023, a solicitação é necessária "para atuação que tem por finalidade preparar e executar a realização de Leilões com o objetivo de descartar uma grande quantidade de bens inservíveis para a instituição, incluindo nesta contratação o levantamento dos bens, a avaliação, a elaboração e publicação do edital, a divulgação (propaganda e marketing) do leilão, a realização do leilão, bem como, todos os procedimentos decorrentes do mesmo, tais como: atas, relatórios e recibos de arrematação e conclusão do mesmo." (fls. 008).

O TCU, no Acórdão nº 436/2020 – Plenário, assentou que "o credenciamento, entendido como espécie de inexigibilidade de licitação, é ato administrativo de chamamento público de prestadores de serviços que satisfaçam determinados requisitos, constituindo etapa prévia à contratação, devendo-se oferecer a todos igual oportunidade de se credenciar."

A Assessoria Jurídica, buscando uma análise objetiva do cumprimento das regras legais aplicáveis ao tipo de contratação e, ainda, visando adotar uma manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de



# Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

todos os elementos indispensáveis à contratação, nos termos do art. 53, § 1º da Lei nº 14.133/2021, DECLARAMOS que o presente procedimento cumpriu com os requisitos abaixo assinalados:

- 1 - Consta Estudo Técnico Preliminar devidamente preenchido (fls. 003/007) - Art.18, inciso I, e § 1º, da Lei nº 14.133/2021;
- 2 - Consta Termo de Referência (fls 009/015) - Art. 18, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;
- 3 - Parecer Contábil – ausente (o valor da comissão será paga diretamente ao lelloeiro pelos arrematantes dos bens, no percentual de 5% do montante arrematado);
- 4 - Autorização do Sr. Prefeito Municipal para abertura do certame, datado de 15/09/2023 (fls 008);
- 5 - Minuta do Edital e seus Anexos (fls. 017/041);
- 6 - Portaria nº 5.120/2023, publicada em 09/10/2023 designando fiscal dos Contratos (fls 042);
- 7 - Decreto nº 6.456/2022, publicado em 29/12/2022 designando Comissão Municipal de Licitação, conforme exige a lei (fls 043);
- 8 - Intimação e Termo de Orientação das autoridades sanitárias orientando pela retirada dos bens móveis do local (001/002)

Quanto aos Anexos são os seguintes:

Anexo I – Termo de Referência (fls 026/031);

Anexo II – Modelo de Requerimento de Credenciamento (fls 025).

Anexo III – Declaração de Nepotismo (fls 024);

Anexo IV – Minuta do Contrato de Chamamento Público (fls 017/023).



# Município de Vera Cruz do Oeste

CNPJ: 78.101.821/0001-01

ESTADO DO PARANÁ

O credenciamento é o procedimento administrativo pelo qual a Administração convoca todos os interessados em travar ajustes contratuais com ela, desde que satisfeitos os requisitos previamente estipulados, diante da situação de inviabilidade de competição em determinado setor.

Além disso, o edital dispõe sobre:

- 1 - a definição das condições de execução (cláusula 7 e seguintes), de pagamento (cláusula 10) e das sanções administrativas (cláusula 13);
- 2 - O edital dispõe sobre o regime de prestação de serviços;
- 3 - O objeto do credenciamento se enquadra na seguinte hipótese de contratação: I – paralela e não excludente.

Assim, como não cabe à Assessoria Jurídica avaliar critérios de vantagem e conveniência na contratação, pois se trata de prerrogativas exclusivas da gestão pública, é preciso destacar que os valores informados nos orçamentos apresentados são de inteira responsabilidade do setor requisitante, não competindo a esta assessoria avaliar a procedência e regularidade dos mesmos.

Em conclusão, esta Assessoria Jurídica entende que o presente processo de licitação deve seguir seu trâmite, após a juntada do parecer contábil acima referido.

É o Parecer opinativo que submeto à autoridade superior, lembrando que o Parecer Jurídico, por sua natureza, não possui caráter vinculativo, mas apenas consultivo.

Vera Cruz do Oeste/PR, em 18 de outubro de 2023.

Lourdes Cristina Avanzi Fuhr

Advogada Pública - OAB/PR 20.270